



Universidade do Minho
Centro de Investigação em
Ciências Sociais

CICS
Working paper 7

Propostas metodológicas e aplicabilidade do paradigma qualitativo de análise

Marina Félix de Melo
Faculdade Integrada Tiradentes – FITS
melomarina@msn.com

Abril-2013

ComTextos

Publicação eletrónica seriada do
Centro de Investigação em
Ciências Sociais

Universidade do Minho
Campus de Gualtar

cics@ics.uminho.pt

ISSN: 2182-7672

Resumo: O seguinte texto demonstra os contributos da perspectiva de análise qualitativa, e da análise de conteúdo mais especificamente, para um estudo sobre a profissionalização das Organizações Não-Governamentais. Enfoca debates sobre metodologia científica e sobre a aplicação de métodos e técnicas de pesquisa nas ciências sociais.

Palavras-Chave: Metodologia; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Ciências Sociais

Abstract: The following text shows the contributions from the perspective of qualitative analysis and, especially, from content analysis in a study about the professionalization of Non-Governmental Organizations. This essay focuses the debates about scientific methodology and the application of methods and techniques in social science research.

Keywords: Methodology; Methods and Research Techniques; Social Sciences

1. Introdução

O presente texto é gerado a partir das reflexões metodológicas que deram origem à tese de doutorado em sociologia “Profissionalização das Organizações Não-Governamentais” (CICS – Universidade do Minho, Portugal; PPGS – Universidade Federal de Pernambuco, Brasil).¹ O seguinte escrito é parte da lógica investigativa da referida tese e serviu-nos como guia de análise às condições de campo em que nos inserimo ao longo do trabalho. Objetivamos enfatizar nestas páginas o guia norteador de nosso trabalho, centrado na análise de conteúdo, como uma forma de enxertar o campo reflexivo de trabalhos sociológicos plurais, bem como das diversas áreas das ciências sociais.

2. A Pluralidade das Ciências Sociais

O corpo conjunto da teoria social não possui um paradigma dominante exclusivista. Composta numa variedade de teorias, temas e abordagens, tem muitas vezes matrizes e pontos em comum, o que a leva à grande pluralidade. Um dos caminhos mais viáveis para entender o surgimento dessa pluralidade é o de volta à modernidade, momento histórico que colocou a possibilidade e a necessidade das ciências sociais. Ligada ao iluminismo, a modernidade possui o projeto de utilização da razão para o esclarecimento das coisas do mundo e o processo de auto-esclarecimento dos indivíduos, a fim de possibilitar a emancipação e a libertação dos seres humanos de todo o misticismo e escravidão material e ideal. Em sua própria constituição, a sociologia nasce como instrumento de análise e conhecimento que possibilitou uma intervenção na organização social. Se o caráter das ciências sociais está indissociavelmente ligado ao caráter da própria modernidade como projeto para a humanidade, tal projeto de modernidade está em crise (entendido como o primado da razão iluminista, utilitária e instrumental) e as ciências sociais assistem à emergência de uma série de abordagens concomitantes. Por exemplo, após as contribuições parsonianas à disciplina ao longo do século XX (e paralelamente a essas), autores como

¹ Este ensaio é uma síntese da estrutura metodológica da tese de doutoramento de Marina Félix de Melo, orientada pela Prof.^a Doutora Ana Paula Marques (CICS-UMinho, Portugal), pelos Profs. Doutores Breno Fontes e Rogério Medeiros (PPGS-UFPE, Brasil).

Merton, Goffman, Garfinkel, Norbert Elias, Alexander, Jon Elster, Bourdieu, Foucault, entre muitos outros, compuseram um corpo teórico contemporâneo diversificado que, embora nem sempre tenha todas essas correntes em diálogo, não é um corpo impermeável, ou seja, as teorias e as abordagens circulam, delas se criam releituras a fim de que seja reconstruída a interpretação sociológica do social cotidianamente a endossar um dos principais combustíveis da disciplina: a reflexão.

Embora muitos temas tratados pela sociologia contemporânea tenham por base problemas anteriores à própria formação dessa sociologia (fome, pobreza, violência), os desenhos contextuais modificam as estruturas e as ferramentas com as quais o sociólogo pode trabalhar. Ao estudarmos as ONGs, ao fim e ao cabo, lidamos com problemas anteriores ao surgimento dessas instituições mas que somente agora podem ser problematizados nas inclinações contextuais que notamos como mais adequadas sob a perspectiva sociológica contemporânea, e na qual enquadramos nossa investigação. Em nossa monografia de graduação/licenciatura no curso de ciências sociais, buscamos perceber como se dava a profissionalização das ONGs; no mestrado, que investigou a missão dessas entidades face tal processo de profissionalização, analisamos o porquê do aumento desse fluxo no terceiro setor. Em sequência, no doutoramento, objetivamos investigar as consequências desse processo dentro do próprio Setor, o que nos levou ao objetivo geral da investigação de analisar as consequências do atual fluxo de profissionalização institucional nas ONGs. Para isso, estudamos as perspectivas que os agentes das ONGs e seus financiadores tinham sobre o atual processo de profissionalização; como se construía as divisões de trabalho, a especialização e a busca por profissionalização dentro de diferentes tipos de ONGs; como ocorria a sustentabilidade das entidades; suas relações com Estado e Mercado; como se articulava a noção de autonomia nesse universo etc.

3. Paradigmas Metodológicos

Observa-se que uma investigação é um processo por meio do qual tentamos descobrir realidades, mesmo que parciais, mas ainda realidades sob um determinado ponto de vista. Logo, uma análise no campo das ciências sociais pode ser entendida como um método de pensamento reflexivo ao qual se chega por determinados procedimentos formais. Tais procedimentos podem partir de uma perspectiva qualitativa ou quantitativa (ou das duas simultaneamente). Em nosso caso, partimos do modelo

qualitativo de investigação social. Entretanto, cabe-nos aqui explicar porque partimos de tal paradigma e não optamos por uma investigação de cunho quantitativa.

Os dois paradigmas buscam mostrar pressupostos de uma realidade a ser tratada, entender como a ciência deve ser conduzida e o que edificam os problemas, as soluções e os critérios de prova legítimos (Creswell, 1994). Se no paradigma quantitativo de análise a ênfase de abordagem supõe um raciocínio lógico dedutivo, no qualitativo tal lógica tende a seguir um processo indutivo de pesquisa. Daí, sugere-se que nessa última perspectiva não começamos com uma teoria a “testar” ou, muito menos, “provar” em campo. Posto isto, perguntamos: então, quais são os pressupostos e questões ontológicas e epistemológicas mais gerais das duas perspectivas?

Por um pressuposto mais ontológico, acerca da natureza da realidade, temos na perspectiva quantitativa uma realidade que tende a ser tratada como algo mais objetivo e singular, ao passo que na qualitativa essa seria mais subjetiva e múltipla. Concomitantemente, e sob um prisma mais epistemológico, no que diz respeito à relação do pesquisador com o pesquisado, na análise quantitativa tal relação “exclui” a participação do pesquisador. Tal não ocorre com a qualitativa que, muitas vezes, dependendo da manipulação dos métodos, permite a interação do pesquisador com o que está a ser pesquisado, a exemplo do recurso da observação participante. (Creswell: 1994: 6). Entretanto, essa separação, e mesmo um debate aí implícito sobre a axiologia das duas perspectivas, deve ser questionada. Ainda que o pesquisador procure ser o mais “neutro” possível na aplicação de métodos quantitativos, a própria opção por este método, a escolha das variáveis elencadas em seu recorte, a forma de abordagem e seleção das teorias com as quais lidará já são, em si, um viés, o que não torna um estudo mais ou menos válido, mais ou menos objetivo, dentro das ciências sociais.

Sobre os processos da pesquisa, temos que os métodos quantitativos tendem, sob um escopo dedutivo, à relação causa e efeito dos fenômenos abordados. O desenho de sua abordagem tende a ser estático ao pressupor categorias isoladas antes do início do estudo e que raramente podem ser alteradas ao longo da investigação, justamente pela forma mais fechada na qual se concatenam os fenômenos de análise, as variáveis, e por poder ser submetido a testes de confiabilidade e validade mais pontuais. Por outra via, os processos de pesquisa dos métodos qualitativos dão-se por meio de um escopo de base mais indutiva e presumem uma abordagem não apenas mútua, mas também, simultânea de fatores. Igualmente, notamos como nos processos qualitativos existem possibilidades mais factíveis para identificarmos, e ainda trabalharmos, categorias que

possam surgir ao longo da análise, essas ligadas a fatores contextuais (Creswell, 1994: 7). Entrementes, isso não significa que a investigação de tipo qualitativa esteja aberta a um mar de variáveis e categorias vindas dessas, sem um recorte mais preciso de pesquisa ou sem um projeto que possa suspeitar de pontos a serem analisados na pesquisa. É, pois, justamente aí que se fazem necessárias as teorias e as experiências prévias sobre determinados fenômenos (ainda que sob diferentes roupagens). As teorias e a delimitação da problemática possuem, sobretudo, esse encargo de ponderar e antecipar a flexibilidade do pesquisador ao longo de seu trabalho, e é a não observação a esses pontos que pode nos levar às infundadas ideias de que a pesquisa qualitativa é apenas um emaranhado recorte jornalístico ou uma técnica de pesquisa de segunda categoria (Lessard-Hérbert *et al*, 1990: 7).

Ainda à guisa de comparação entre as duas perspectivas, salientamos que ao passo em que o modelo quantitativo de investigação se prende a procedimentos estatísticos, numéricos, e verifica se as generalizações preditivas da teoria se mantêm verdadeiras ao longo da análise, o modelo qualitativo prima por um olhar holístico em seu quadro de estudo (Lessard-Hérbert *et al*, 1990: 8). Todavia, qual o impacto prático dessas diferenças aqui esboçadas?

É possível que a pergunta acima nos leve a um dos caminhos mais curiosos (ou mais desgastados) da sociologia: o de sua objetividade. Embora estejamos longe de querer esmiuçar este antigo quesito das ciências sociais, tão antigo que já guiava o surgimento da disciplina nas Regras do Método Sociológico de Durkheim (2001 [1895]), o consideramos importante, sobretudo, quando da escolha de uma ou outra perspectiva.

A objetividade na ciência social e, especialmente, a ratificação de que sociologia é ciência, ganha espaço central na tomada de decisão do pesquisador diante de suas diferentes possibilidades de escolha. Sob uma extensão significativa, podemos dizer que há uma pré-disposição errônea entre alguns pesquisadores de rotular o paradigma qualitativo apenas como subjetivo e o quantitativo como apenas objetivo – e com isso caem na falácia de confundirem tais noções com o fato de a sociologia ser ou não uma ciência objetiva, ao passo que se utiliza demasiadamente de uma perspectiva qualitativa quando comparada às ciências sociais aplicadas, a exemplo da Economia. Em verdade, essa preocupação poderia ser notada por outros exemplos, como pelo surgimento do Círculo de Viena no século XX e sua busca por objetificação e operacionalização, o que não isolou o positivismo lógico das críticas de Popper.

Peter Berger e Thomas Luckmann admitem que a sociedade possui facticidade objetiva ao mesmo tempo em que é “*construída pela atividade que expressa um significado subjetivo*” (Berger e Luckmann, 2002 [1985]: 33-34), discorrendo pelos pontos clássicos das obras weberiana e durkheimiana.² Na busca de retomar a Sociologia do Conhecimento em “A Construção Social da Realidade”, Berger e Luckmann questionam como é possível na teoria sociológica significados subjetivos se tornarem facticidades objetivas (2002 [1985]). Apesar dessa discussão circunscrever o campo geral da sociologia e a dicotomia objetivo *versus* subjetivo nas ciências sociais parecer, por vezes, ser de responsabilidade do método adotado, o rigor teórico é que nos leva à objetividade exigida na disciplina, sendo possível uma leitura do *corpus* de forma objetiva, mesmo diante de técnicas qualitativas aparentemente “subjetivas” como as análises de conteúdo e de discurso.

Afinal, o paradigma qualitativo não é fundamentalmente subjetivo, bem como existem elementos subjetivos nas ciências naturais. Vale salientar que as ciências sociais são essencialmente qualitativas, mesmo quando se usam de métodos quantitativos, pois, por exemplo, a elaboração de um questionário que será quantificado numa fase de análise exige que o pesquisador problematize suas questões a partir de seus valores como investigador (mesmo que de forma quase inconsciente), do que enxerga como o objetivo da pesquisa etc. Assim, outra falsa percepção do que seria a objetividade nas ciências sociais, de que essa residiria na neutralidade do pesquisador, se quebra, pois até mesmo a escolha do objeto de estudo a ser tratado exige suas decisões, é carregada de uma bagagem que esse possui acerca do tema e de seus valores como dito acima (quais autores utilizar para determinados conceitos, porque escolher a região “x” e não a região “y” para estudar a estratificação social, por exemplo). Em síntese, o debate acerca da objetividade ou não das ciências sociais com o uso dos métodos qualitativo ou quantitativo não pode ser resolvido de forma escolástica, mas sim pela possibilidade de se produzir conhecimentos originais dentro da sociologia (para o nosso caso mais específico) e pelo empenho de integração do conhecimento teórico.

Apesar disso, se sairmos da discussão mais geral e retomarmos as particularidades do paradigma qualitativo, observaremos como tal perspectiva pode se debruçar em uma

2 “Durkheim diz-nos: ‘a primeira regra e a mais fundamental é: considerar os fatos sociais como coisas’. E Weber observa: ‘Tanto para a sociologia no sentido atual quanto para a história o objeto de conhecimento é o complexo de significados subjetivo da ação’. Estes dois enunciados *não* são contraditórios” (Berger e Luckmann, 2002: 33-34). (grifos nossos).

série de observações. Não obstante, a leitura do *corpus* depende, necessariamente, das competências não apenas do autor, mas também do leitor. As competências enciclopédica, linguística e comunicacional são exemplos de domínios que o público tem em diferentes níveis e sob a óptica de diferentes realidades da vida cotidiana. O investigador mobiliza determinadas competências na leitura de uma realidade e é nesse ponto que reside uma das críticas ao modelo qualitativo: se um pesquisador aciona alguns tipos de competências e outro pesquisador outros elementos destas competências para a análise de um mesmo fenômeno, logo, as análises tenderão a ser diferentes, a enxergarem características distintas do mesmo elemento. Por outro lado, não devemos esquecer que numa dada sociedade existe um compartilhamento de experiências, principalmente grupal, e neste sentido é possível encontrar muitos pontos de análise em comum. Isto permite-nos refutar a crítica de que o modelo qualitativo de análise cai em um “mar de subjetividades”. Notemos que não apenas a lapidação das competências específicas são utilizadas pelo leitor da mensagem, haja vista que a realidade da vida cotidiana é vista como “*a realidade na noção de senso-comum e este conhecimento do senso-comum é o conhecimento que compartilhamos com os outros nas rotinas normais, da vida cotidiana*” (Berger e Luckmann, 2002 [1985]: 40), e ainda que “*o senso-comum contém inumeráveis interpretações pré-científicas e quase-científicas sobre a realidade cotidiana, que admite como certas*” (Berger e Luckmann, 2002 [1985]: 37).

E por que a escolha do modelo qualitativo para estudar a profissionalização das ONGs em nossa tese? Por que não o quantitativo? Ou por que não os dois? Primeiramente, convém salientar que apesar de termos lidado com o paradigma qualitativo, isso não quer dizer, sob nenhuma hipótese, que julgamos ser o quantitativo superficial ou apenas preso às noções tradicionais que o vêem como um modelo elaborado apenas por números e completamente fechado. Embora, como dissemos, as maneiras de lidar com a realidade partam de pressupostos distintos entre os dois paradigmas, entendemos que o modelo quantitativo é sim uma opção de pesquisa muito adequada a diversas problematizações sociológicas. Contudo, para esse estudo sobre a profissionalização das ONGs, em verdade, não apenas sobre esse estudo, mas principalmente pela maneira como recortamos e abordamos as questões dessa investigação, findamos por elaborar objetivos que possuem questões de cunho qualitativo, isto é, ainda que o paradigma quantitativo pudesse nos fornecer pistas sobre tais perguntas de trabalho, permaneceríamos em um mar de indagações.

Outro ponto que também nos sugeriu a utilização de métodos qualitativos é que uma investigação quantitativa pressupõe recursos institucionais e uma suposta formação de equipe para seguir os passos da elaboração dos questionários, seleção de amostragem, análise etc. Ainda que trabalhássemos em uma escala menor, a partir de uma amostragem probabilística menos expressiva numericamente, teríamos de ter um recorte populacional bem menor do que no fundo objetivamos estudar e, por consequência, não poderíamos fazer generalizações dos resultados obtidos para a população, ponto fulcral do paradigma quantitativo.

Pelas mesmas razões, tampouco nos lançamos a fazer um estudo com a utilização simultânea dos dois métodos, todavia, utilizamos investigações de cunho quantitativo já realizadas sobre pontos pertinentes à nossa problematização, como dados secundários, a partir de um levantamento de informações aferidas em pesquisas do IBGE (2008) sobre a quantidade de Organizações Sociais e Oscips existentes no Brasil (divisão por regiões), suas áreas de atuação etc. Ainda na fase inicial de investigação, consultamos outros mapeamentos dessas organizações no Brasil por pesquisas de órgãos como a Associação Brasileira de ONGs – Abong, a Rede de Informações para o Terceiro Setor – RITs, o Instituto Brasileiro do Terceiro Setor – IBTS etc. O mesmo foi feito a partir de institutos de pesquisa que dispõem de dados relativos às ONGs de Portugal, como o Instituto Nacional de Estatística – INE. Com as conclusões dessas pesquisas em mãos, pudemos localizar com maior nitidez nossa unidade de análise, as ONGs, em seus cenários nacionais (Brasil e Portugal) e no cenário internacional mais amplo.

De acordo com Raymond Boudon, *“quanto mais progride a sociologia, mais evidente fica que toda tentativa de unificação metodológica está destinada ao fracasso”* (Boudon, 1989: 93). Assim, compartilhamos com o autor que a diversidade de métodos e técnicas na sociologia, seu pluralismo, não é devido à juventude da disciplina, mas sim à diversidade de seus objetos: *“Talvez o fato mesmo de essa diversidade começar a ser reconhecida seja o sinal de atingimento da maturidade”* (Boudon, 1989: 94).

4. Contributos da Análise de Conteúdo

Se sob uma perspectiva ampla optamos por realizar uma investigação de foro qualitativo, em uma dimensão mais restrita, adotamos a análise de conteúdo como técnica de tratamento de informação. Antes de perpassarmos as questões que aqui mais interessam sobre porque escolhemos essa técnica de pesquisa e não outra, calha

denotarmos, ainda que breve e holisticamente, as características mais gerais da análise de conteúdo tendo, por base e essencialmente, leituras em Laurence Bardin (1977). Podemos partir do ponto de que sua caracterização mais geral é sistemática e pode trabalhar com uma quantidade variada de materiais; seu foco é centrado no objeto que é o conteúdo a ser analisado (manifesto ou latente) e seus procedimentos principais são a codificação, a categorização e as inferências.

Como versam Rocha e Deusdará, a análise de conteúdo, antes de ser falsamente taxada de doutrinal ou normativa, é um “conjunto de análise das técnicas da comunicação que aposta grandemente no rigor do método como forma de não perder a heterogeneidade de seu objeto” (Rocha e Deusdará, 2005: 04). Essa tradição se destaca a partir do século XX no intuito de conferir sistematização e maior objetividade na análise de realidades dispersas e variadas.

Entre 1918 a 1920, o polonês Florian Znaniecki e o estadunidense William Thomas adiantaram muito do método conhecido hoje em um estudo sobre a migração polonesa nos Estados Unidos. Esse trabalho, realizado em parceria com a Universidade de Chicago, envolveu a análise de cartas pessoais, arquivos paroquiais, relatórios de tribunais etc. Desta altura, a técnica foi empregada, sobretudo, por jornalistas que buscavam conhecer o “conteúdo” dos jornais e, assim, passou a ser cultivada em estudos de literatura em investigações estilísticas (Janeira, 1972: 372). Com Lasswel, e suas obras da década de 1920 em diante, a análise de conteúdo (ou seu equivalente à época) passou também a ter preocupações mais pontuais, de ordens técnicas, nos estudos do autor sobre propagandas durante a Primeira Guerra Mundial. A esse tom de contextualização dos estudos à altura da Primeira Guerra, temos que entre os anos de 1939 e 1945, durante a Segunda Guerra, a análise de conteúdo passou a ser usada, desenvolvida e aprimorada a partir de uma preocupação sistemática de estratégia militar. Isso, por outra mão, incorreu no problema de que, justamente por ter sido uma técnica militar, aplicada a casos concretos e com um rigor de viés quantitativo preciso, a análise de conteúdo fındou por ser “taxada” de quantitativista na medida em que fornecia uma standardização de dados. Saltam dessa questão alguns pontos já revistos ao longo das décadas que nos separa desses primeiros problemas da análise de conteúdo: o de se confundir rigor de pesquisa com estatística ou a subordinação de fenômenos analisados à quantificação.

Todavia, ainda no tocante ao percurso histórico da análise de conteúdo, de maneira não linear e pontuada, haja vista que estamos apenas a trazer algumas das

contribuições mais gerais desse processo para que possamos ver esse tipo de técnica de um ponto de vista mais amplo, calha mencionarmos a importância que teve Moscovici ao verificar a acuidade do inquérito nas investigações de uma maneira global (Moscovici, 1961 *apud* Janeira, 1972). Para o autor, o inquérito tinha como função não se esquecer o ponto de vista de quem emite a informação a ser analisada, o que traz, por consequência, a reflexão sobre a escolha das categorias a serem tratadas numa investigação, uma ampliação de visão nas problematizações, o que evitaria em estudos quantitativos as chamadas relações espúrias dadas muitas vezes pela não observância da existência de outras variáveis ou categorias da realidade estudada. A isso, inclusive, foram criados por Lazarsfeld e colegas (1944) os modelos de elaboração que buscam testar como se comportam as relações bivariadas após a introdução de variáveis de controle. Em outras palavras, desde Moscovici que “*o conhecimento das opiniões do público ajuda a exactidão da análise de conteúdo*” (Moscovici, 1961 *apud* Janeira, 1972).

Atualmente, e aí sim em seu ponto histórico que mais nos interessa, como definimos análise de conteúdo? Ou melhor, qual das diversas definições já existentes interessa mais ao tipo de pesquisa que propusemos sobre as ONGs? De acordo com Bardin (1977), uma expoente clássica da literatura acerca dessa técnica, a análise de conteúdo é:

(...) um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (Bardin, 1977: 42).

Ou por Minayo,

(...) análise de conteúdo em termos gerais relaciona estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados. Articula a superfície dos textos descrita e analisada com os fatores que determinam suas características: variáveis psicossociais, contexto cultural, contexto e processo de produção da mensagem (Minayo, 2004: 203).

Minayo (2004) observa como, historicamente, a análise de conteúdo tem oscilado entre um rigor numérico e uma fecundidade de teor subjetivo nas pesquisas. Ela denota como a tentativa de balizar as duas esferas e o lidar, em certo grau, com as contradições que esboçamos acima sobre as diferenças e limites de modelos qualitativo e quantitativo, gerou um esforço teórico secular (Minayo, 2004: 200).

Para Minayo (2004), no plano epistemológico encontramos duas vertentes comunicacionais que dizem respeito aos caminhos de análise: uma, de cunho mais instrumental, que pondera como mais importante não o conteúdo em si existente na comunicação, mas sim o que dele advém, como situações contextuais. Por outra mão, um caminho ou modelo de comunicação mais representacional, no qual o fundamental da análise é seu conteúdo lexical de discurso – ou seja, o próprio conteúdo seria aqui o ponto chave de análise e não seu contexto e/ou processo histórico. O embate que está por trás dessa tipificação é que investigadores de vertente qualitativa questionam (ou suspendem, em termos mais fenomenológicos) a análise de frequência, base da técnica de análise de conteúdo, como parâmetro de objetividade ou validade e tentam passar do plano descritivo de análise dos conteúdos manifestos das mensagens. Todavia, o mais curioso é que esses encontros e desencontros entre as perspectivas qualitativa e quantitativa dentro da análise de conteúdo ratifica que, ao fim e ao cabo, essa técnica, bem como outras a exemplo da análise de discurso, é fruto de um trabalho para ultrapassar a esfera do senso comum, como salienta Minayo, e do subjetivismo interpretativo na hora em que o investigador se depara com a comunicação por documentos, textos literários, entrevistas etc. (2004: 203).

A partir dessas inquietações mais gerais levantadas por Minayo, recorreremos a Bardin (1977) no tocante à organização da análise de conteúdo, em um sentido mais prático. Logo, seguimos ao longo da referida tese seu esquema organizacional e o adequamos à realidade de nossa investigação. A autora organiza as etapas da análise de conteúdo, grosso modo, em três fases: 1. pré-análise; 2. exploração do material e 3. tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A primeira fase diz respeito à operacionalização do material a ser estudado e à sistematização das ideias. Seus principais passos são: a leitura flutuante; a escolha dos documentos; a preparação do material; a referenciação dos índices e a elaboração dos indicadores. Em nosso trabalho, essa primeira fase ocorreu em duas instâncias, uma, apresentada ao leitor ao longo da abordagem das ONGs com as quais trabalhamos em campo e, outra, mais em “bastidores”, que foi a fase inicial da pesquisa antes mesmo da organização do material tratado, ou seja, antes da análise de conteúdo em si. Logo, em um primeiro momento, realizamos uma revisão bibliográfica dos estudos sobre Terceiro Setor, em especial, de títulos referentes à fundamentação teórica da presente investigação. A partir de um critério de divisão temática, os textos lidos e suas devidas problematizações foram anotados e agrupados de acordo com tópicos pertinentes às

ideias apresentadas ao longo do trabalho. Desta maneira, sistematizamos as leituras em fichas especiais contendo alguns títulos, tais como: sociologia das organizações, sociologia das profissões, do trabalho, autonomia profissionalização e especialização nessas organizações e outras entradas relativas ao objeto de estudo. A partir disso, tivemos subsídios teóricos e metodológicos, por exemplo, para avançar na seleção dos documentos analisados nas instituições.

A segunda fase proposta por Bardin, de exploração do material, envolve a análise de unidades de registros e unidades de contextos. Sobre os instrumentos de recolha e tratamento das informações, temos que o citado trabalho foi praticado, fundamentalmente, com os recursos das observações participante e direta. A estas, somamos a realização de entrevistas semi-estruturadas como ferramenta de levantamento de informações.

Ainda como ferramenta de levantamento de informações, desenvolvemos uma análise documental, que é *“uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior a consulta e a referenciação”* (Bardin, 1977: 45). A análise documental nos foi contida à análise de conteúdo. O trabalho contou com o exame de documentos das instituições, tais como relatórios de atividades, pautas de reuniões, gráficos sobre os objetivos buscados e/ou alcançados pelas organizações. A análise documental também foi guiada por matérias de jornais, revistas ou demais fontes publicadas sobre as instituições. Tão logo, foram aproveitados textos produzidos por agentes atuantes das ONGs e que são utilizados por estes agentes sociais com objetivos didáticos, dentre outros fins. Esse tipo de material foi encontrado nas ONGs e muitas vezes em sites, livros, cartilhas informativas etc. Cabe salientar que foram analisados não apenas documentos das entidades, mas também de seus financiadores, a exemplo dos textos sobre a missão e as justificativas de atuação de empresas como o Walmart e o Itaú no Terceiro Setor. Buscamos, daí, realizar uma leitura que possibilitasse a observação de possíveis contradições entre a impressão que as ONGs e seus financiadores desejavam passar ao público e a observação das práticas de facto, ou seja, o que as ONGs e os financiadores publicam *versus* como operam no cotidiano.

Existiram contradições no campo de pesquisa, no universo de nossa unidade de análise, e nossa inquietação residiu em saber por que tais contradições ocorriam, o que as motivavam, e como se interconectavam no atual cenário de profissionalização do Terceiro Setor.

Por fim, a terceira e última fase proposta por Bardin, que diz respeito ao tratamento dos resultados, à inferência e à interpretação. Assim, realizamos uma pré-organização dos dados obtidos, a descrever o que foi encontrado em campo a partir dos objetivos específicos que engendraram nossa tese, bem como os pontos de encontro de dados que diziam respeito a mais de um objetivo específico.

5. Considerações Finais

Vale salientar que a análise de conteúdo, mesmo reformatada ao longo da história, ainda é sujeita a muitas críticas como técnica de pesquisa de fins qualitativos nas ciências sociais. Isso ocorre, sobretudo, porque a utilização exclusiva da técnica, sem uma observação mais ampla das possibilidades de sua aplicação a determinados contextos (de como aplicar a análise de conteúdo em si) pode levar o investigador a descuidar daquilo que é raro ou das ausências de dados elementos em um texto ou fenômeno.

Como salientam Rocha e Deusdará (2005), se a análise de conteúdo busca legitimar técnicas de leitura, ainda permanece a questão de “o que é passível de interpretação?”. Ou ainda pensamos: Como interpretar mensagens obscuras, de duplo sentido? Quando entender e analisar as ironias que os agentes de ONGs costumam utilizar ao longo de suas falas? A isso, percebemos que há um balanço entre a heterogeneidade do objeto e o rigor metodológico no qual se alicerça a análise de conteúdo que, sob esse prisma, pode ser vista como uma tradição dura, porque preconizada no Iluminismo. Todavia, se a análise de conteúdo não se debruça direta e exclusivamente sobre as subjetividades nem sobre os discursos das falas, ela possui uma rigidez necessária em determinadas fases da pesquisa, como demonstrado:

O rigor, portanto, é o fundamento das contribuições oferecidas pela análise de conteúdo, uma vez que, por intermédio dessa característica, afirma-se a possibilidade de ultrapassar as “aparências”, os níveis mais superficiais do texto, residindo nesse processo de descoberta a desconfiança em relação aos planos subjetivo e ideológico, considerados elementos de deturpação da técnica. A explicitação de um ponto de vista, qualquer que seja a ótica explicitada, desvirtua os rumos da análise, ou seja, a ideologia é vista como o descaminho da descoberta científica (Rocha e Deusdará, 2005: 04).

Estabelecer um critério único pelo qual se enquadrem as aplicações das técnicas de análise de conteúdo pode ser uma tarefa, por vezes, bastante difícil, como versa

Janeira: “*Não será pois exagerado dizer que cada analista de conteúdo ou cada análise de conteúdo segue uma ‘técnica’ particular, dentro desta técnica geral*” (1972: 381). Logo, cientes de que tal processo possui limitações,³ as consideramos ao longo desse trabalho e nos baseamos na lógica de que esse padrão investigativo não é um modelo pronto e acabado de enquadramento de dados e saída de análises. Entrementes, optamos pela análise de conteúdo e a utilizamos com uma flexibilidade que desse subsídio às questões de pesquisa, ou seja, considerando os imponderáveis da vida real de campo, as peculiaridades do universo das ONGs etc. Em suma, e especialmente por lidarmos com uma quantidade limitada de material, haja vista a delimitação do *corpus* de pesquisa, consideramos que a análise de conteúdo nos foi capaz de subsidiar conteúdos manifestos e latentes dos dados estudados.

6. Bibliografia

- Bardin, L. (1977) *A análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70.
- Berger, P.; Luckmann, T. (2002 [1985]) *A construção social da realidade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes.
- Boudon, R. (1989) *Os métodos em Sociologia*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática.
- Creswell, J.W. (1994) *Research design: qualitative e quantitative approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Durkheim, É. (2001 [1895]) *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret.
- IBGE (2008) *As fundações Privadas e Associações sem fins lucrativos no Brasil: 2005*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2005/fasfil.pdf>.
- Janeira, A. L. (1972) “A técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: Natureza e aplicações”. *Análise Social*, IX(34): 370-399.
- Lazarsfeld, P. et al. (1944) *The people's choice. How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Duell, Sloan and Pearce.

3 As limitações da análise de conteúdo não serão detalhadas nessas páginas porque consideramos que já existe uma literatura suficientemente rica sobre o tema (Bardin, 1977; Boudon, 1989, Manhães, 2005; Minayo, 2004; etc). Entretanto, ao longo da apresentação da pesquisa esboçamos as limitações mais pontuais que tocam nosso processo investigativo, bem como as alternativas metodológicas que operamos.

- Lessard-Hérbert, M.; Goyette, G. e Boutin, G. (1990) *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Manhães, E. (2005) “Análise do discurso”. In Jorge Duarte e António Barros (orgs.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 305-315.
- Minayo, M. S. (2004) *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 8. ed. São Paulo: Hucitec.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: P.U.F
- Rocha, D.; Deusdará, B. (2005) “Análise de conteúdo e análise de discurso: Aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória”. *ALEA*, 7(2): 325-322.